

Servidores do Congresso CORREIO BRAZILIENSE 12 DEZ 1994 estão endividados no BB

Nelson Oliveira

A maior parte dos nove mil servidores do Congresso Nacional está altamente endividada no cheque especial (Cheque Ouro) do Banco do Brasil.

A informação, transmitida ao **Correio** por um funcionário do BB, foi confirmada pelo secretário-geral do Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis), Roberto Cavalcante.

“A situação é delicada”, diz Cavalcante, reproduzindo opinião de gerentes das agências do BB no Congresso.

O superintendente-adjunto do banco em Brasília, Roberto Meira de Almeida Barreto, diz que não há nada de alarmante na utilização do cheque especial pelo pessoal do Legislativo.

Limite — Mas o superintendente confirma que alguns pedidos de aumento do limite do Cheque Ouro estão sendo negados. “O mesmo está

ocorrendo em outras agências do banco”, diz Barreto.

Em relação a dezembro de 1993, o volume total emprestado no cheque especial em Brasília (R\$ 75 milhões) cresceu 400%.

O secretário-geral do Sindilegis conta que, além do Cheque Ouro, cujo limite varia de R\$ 1 mil a R\$ 8 mil, por pessoa, os servidores do Legislativo estão devendo ao BB na modalidade de empréstimo em consignação.

O Banco empresta os recursos e garante o recebimento do principal e dos juros por meio de desconto em folha.

Conforme o diretor administrativo da Câmara dos Deputados, Ademar Sabino, 987 servidores estão com empréstimos em consignação. Ele não quis informar o valor global das operações.

Arrocho — Cavalcante põe a culpa do endividamento nos baixos salários que estão sendo pagos ao pessoal do Legislativo. O dirigente sindical

diz que um analista legislativo com 20 anos de carreira ganha hoje R\$ 1,3 mil líquidos.

Para fugir do que ele classifica de “arrocho salarial”, os servidores do Congresso também estão recorrendo aos empréstimos em consignação do Instituto de Pensão dos Congressistas (IPC).

Uma fonte da entidade informa que o saldo dos empréstimos já chega a R\$ 3 milhões — uma média de R\$ 1 mil para cada um dos três mil associados.

Os empréstimos do IPC são concedidos a juros iguais à Taxa Referencial (TR) mais 1% ao mês — algo em torno de 4% ao mês, o que é bem melhor do que os 7% ao mês cobrados no cheque especial.

Só os deputados e senadores não estão sendo atendidos, já que a legislação está acabando e muitos perderam o mandato e também o direito de associação ao IPC.